



**Relatório de Correição Ordinária na
1ª Vara Federal de Niterói
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

6 a 10/11/2017



Desembargadora Federal Nizete Antônio Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1.	ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA	6
2.	METODOLOGIA UTILIZADA	7
3.	CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	8
4.	GESTÃO DA SECRETARIA	9
5.	GESTÃO DE METAS	10
5.1.	Metas internas	Erro! Indicador não definido.
5.2.	Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ	Erro! Indicador não definido.
5.2.1.	Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)	Erro! Indicador não definido.
5.2.2.	Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)	Erro! Indicador não definido.
5.2.3.	Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)	Erro! Indicador não definido.
5.2.4.	Meta nº 4 CNJ/2016 (Foco: Improbidade Administrativa)	Erro! Indicador não definido.
5.2.5.	Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)	Erro! Indicador não definido.
5.2.6.	Meta nº 6 CNJ/2016 (Foco: Ações Coletivas)	Erro! Indicador não definido.
6.	PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	16
6.1.	Produção e classificação de sentenças	16
6.2.	Acervo concluso	Erro! Indicador não definido.
6.3.	Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)	Erro! Indicador não definido.
6.4.	Audiências	17
7.	EVOLUÇÃO DO ACERVO	19
7.1.	Acervo da unidade	19
7.1.1.	Acervo por matéria	Erro! Indicador não definido.
7.2.	Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência	Erro! Indicador não definido.
7.2.1.	Acervo total	Erro! Indicador não definido.
7.2.2.	Acervo ativo	Erro! Indicador não definido.
7.2.3.	Acervo suspenso	Erro! Indicador não definido.
8.	DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	22
8.1.	Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários	22
8.2.	Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada	22
8.3.	Fluxo dos processos após a sentença	22
9.	ANÁLISE DO PROCESSAMENTO	24
9.1.	Balcão de entrada	24
9.2.	Processos em segredo de justiça	Erro! Indicador não definido.



9.3.	Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) .26	
9.4.	Publicação de atos judiciais.....	Erro! Indicador não definido.
9.5.	Registro de início do cumprimento do julgado	Erro! Indicador não definido.
9.6.	Documentos pendentes de juntada	Erro! Indicador não definido.
9.7.	Expedientes para cumprimento de ordem judicial	Erro! Indicador não definido.
9.8.	Remessa externa	Erro! Indicador não definido.
10.	ações e situações sujeitas à verificação obrigatória	31
11.	PROCESSOS SUSPENSOS.....	33
12.	RPVs e PRECATÓRIOS	34
13.	BENS PENHORADOS	36
14.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	37
15.	LIVROS E PASTAS	37
16.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA.....	39
17.	TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA.....	42
17.1.	CÍVEL	42
17.1.1.	Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças	Erro! Indicador não definido.
17.1.2.	Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização	Erro! Indicador não definido.
17.2.	EXECUÇÃO FISCAL	Erro! Indicador não definido.
17.2.1.	Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR)	Erro! Indicador não definido.
17.2.2.	Modo de controle do prazo de prescrição intercorrente	Erro! Indicador não definido.
17.2.3.	Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados	Erro! Indicador não definido.
17.3.	CRIMINAL	Erro! Indicador não definido.
17.3.1.	Regularidade dos mandados de prisão, inserção de dados no BNMP, Rol de Culpados e atualização do sistema SINIC.....	Erro! Indicador não definido.
17.3.2.	Audiências de Custódia.....	Erro! Indicador não definido.
17.3.3.	Regularidade dos Alvarás de Soltura e tempo de cumprimento	Erro! Indicador não definido.
17.3.4.	Controle de Prescrição	Erro! Indicador não definido.
17.3.5.	Execução Penal (classe 27003)	Erro! Indicador não definido.
18.	ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR.....	43
19.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	44
20.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	45
21.	ENCERRAMENTO	45



JUSTIÇA
FEDERAL

TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Correição Ordinária na **01 VF-NI – 6 a 10/11/2017**

TRF2
Fls 104



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 1ª Vara Federal de Niterói da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (01VF-NI), de 06 a 10/11/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154 e 307 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726 e 14447) e MPF/ES (7760 e 14449), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323 e 14444) e DPU/ES (7755 e 14441), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747 e 14452) e OAB/ES (7748 e 14451), a Advocacia Geral da União – AGU (7744 e 14448) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752 e 14445).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal Rodrigo Vasconcellos Pinto, substituto da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 566 processos físicos, sendo 379 em trâmite e 187 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.

3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 01ª Vara Federal de Niterói - Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (01VFNI-RJ)

Data de instalação: 04/05/1987

Endereço: Rua Coronel Gomes Machado nº 73, 3. andar, Centro, Niterói, Rio de Janeiro.

Distância da Direção do Foro (SJRJ): 20 Km

Juiz Titular: Dr. Fabio Tenenblat, desde 22/06/2017.

Juiz Federal Substituto: Dr. Rodrigo Vasconcellos Pinto

Diretor de Secretaria: Dr. Pedro Américo Pinheiro Filho

Competências:

1) Cível

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
out/15	5	8	0	1	14	14
nov/17	6	7	0	0	13	14

O Diretor informou que a vara está há mais de 1 ano com menos servidores do que o previsto.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pelo Diretor Pedro Américo Pinheiro Filho, nomeado pela Egrégia Presidência do TRF2; pelas Supervisoras Maureen Leone Porto e Kellen Marconi Leite, e pelo Oficial de Gabinete Cássio da Silva Costa, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 70% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 19 a 23/06/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: priorizar o processamento do acervo físico e dos atos cartorários.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se à Vara Federal correccionada as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação), 4 (Improbidade), 5 (Processos de Execução e 6 (Ações Coletivas), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. O Diretor desconhece se a unidade atingiu todas as metas 2016/CNJ em razão de estar há apenas 5 meses na direção. Os servidores estão familiarizados com as metas 2017/CNJ.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

“Identificar e julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

O órgão recebeu, por distribuição, 568 processos em 2016 e julgou 592, cumprindo 107% da meta nº 1 CNJ/2016.

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: *Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9*).



Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
1º Grau	39.200	40.566	1.123	99%
1º Grau / SJRJ	33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES	6.042	6.807	349	94%
Juizado Especial Federal	111.293	131.255	247	85%
JEF / SJRJ	94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES	16.628	21.429	54	78%
Turma Recursal	42.594	39.908	68	107%
TR / SJRJ	33.921	32.669	12	104%
TR / SJES	8.673	7.239	56	121%
Tribunal Regional Federal	41.782	44.815	487	94%
SJRJ	161.744	176.254	979	92%
SJES	31.343	35.475	459	90%
TRU	29	57	0	50%
Total - 2ª Região	234.898	256.601	1.925	92%
01ª Vara Federal de Niterói-RJ	592	568	18	107%

Fonte: PORTAL, acesso em 08/11/2017.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

“(i) 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e (ii) 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º e 2º graus; (iii) 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e (iv) 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos Juizados Especiais Federais”.

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 98% dos 620 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2011).

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	49.480	44.207	1.500	45.707	3.773	92%
Seções Judiciárias	69.671	62.243	3.582	65.825	3.846	94%
SJRJ	61.060	54.511	3.127	57.638	3.422	94%
SJES	8.611	7.732	455	8.187	424	95%
Total - 2ª Região	119.151	106.450	5.082	111.532	7.619	94%
01ª Vara Federal de Niterói-SJRJ	620	576	33	609	11	98%

Fonte: PORTAL, acesso em 08/11/2017.

Quadro relativo à parte (ii) da meta 2

(julgados 98% dos 951 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2012).

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	72.523	64.045	2.499	66.544	5.979	92%
Seções Judiciárias	95.130	84.083	5.428	89.511	5.619	94%
SJRJ	82.809	73.255	4.615	77.870	4.939	94%
SJES	12.321	10.828	813	11.641	680	94%
Total - 2ª Região	167.653	148.128	7.927	156.055	11.598	93%
01ª Vara Federal de Niterói-SJRJ	951	870	60	930	21	98%



Fonte: PORTAL, acesso em 08/11/2017.

TRF2

Fls 111

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0003624-75.2006.4.02.5102	5009 - AÇÃO DE USUCAPIÃO	Usucapião de sítio em Piratininga	sim	Conclusão para despacho.	26/10/17
0004960-46.2008.4.02.5102	1005 - ORDINÁRIA/OUTRAS	Expurgos inflacionários - poupança	sim	Suspensão	31/5/17
0001260-23.2012.4.02.5102	12001 - EMBARGOS À EXECUÇÃO	28,86% a servidores da UFF	sim	Conclusão para sentença.	8/11/17
0004237-85.2012.4.02.5102	1005 - ORDINÁRIA/OUTRAS	Licitações para obras públicas	não	Conclusão para sentença.	2/10/17
0002154-43.2012.4.02.5152	1004 - ORDINÁRIA/IMÓVEIS	Revisão de mútuo do SFH	sim	Remessa ao autor para recurso	18/10/17
0001427-40.2012.4.02.5102	1004 - ORDINÁRIA/IMÓVEIS	Revisão de mútuo do SFH	sim	Juntada de contrarrazões da CEF	9/10/17
0001022-04.2012.4.02.5102	1005 - ORDINÁRIA/OUTRAS	Revisão de empréstimo bancário	sim	Devolução de remessa	30/10/17
0003713-25.2011.4.02.5102	1002 - ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA	Pensão por morte	sim	Devolução de remessa.	8/11/17
0003083-66.2011.4.02.5102	1002 - ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA	Concessão de aposentadoria especial	não	Remessa ao INSS	7/11/17
0004112-54.2011.4.02.5102	1002 - ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA	Pensão por morte	sim	Devolução de remessa INSS	7/11/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugere-se priorizar o julgamento dos processos objeto da Meta nº 2 CNJ/2016.

5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)**“Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior”³**

³ Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).



O PORTAL não dispõe de relatório específico para acompanhamento da meta nº3 CNJ/2016 por unidade, mas do APOLO se extraem os seguintes dados que indicam o não alcance da meta pelo órgão:

TRF2
Fls 112

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2015: 35

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2016: 34

Sugere-se incluir a meta CNJ de conciliação entre os objetivos mensais a serem alcançados.

5.2.4. Meta nº 4 CNJ/2016 (Foco: Improbidade Administrativa)

“Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014”⁴

O órgão julgou 100% dos 06 processos-alvo da Meta nº 4 CNJ/2016.

Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	308	183	64	247	61	80%	115%
SJRJ	554	120	96	216	338	39%	56%
SJES	129	29	21	50	79	39%	55%
Total - 2ª Região	991	332	181	513	478	52%	74%
01ª Vara Federal de Niterói	6	3	3	6	0	100%	143%

Fonte: PORTAL, acesso em 08/11/2017

5.2.1. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁵

Cumpridos 86% da meta nº 5 CNJ/2016.

⁴ A Constituição Federal Brasileira preceitua a legalidade e a moralidade como alguns dos princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios. A improbidade administrativa e os crimes contra a Administração Pública, atos impregnados de desonestidade que desvirtuam a função pública e desrespeitam a ordem jurídica, atentam principalmente contra esses princípios. Assim, a Meta 4, voltada à celeridade na tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, busca atender aos anseios da sociedade, que espera do Poder Judiciário uma resposta tempestiva nos processos que visam à persecução das condutas violadoras dos princípios da Administração Pública, dos deveres de probidade e da coisa pública. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 27).

⁵ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
Juizado Especial Federal	10.803	37.637	37.703	1.774	430	12.081	97%
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SJRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SJES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
Total - 2ª Região	45.993	64.596	58.962	14.697	12.223	54.101	88%
01ª Vara Federal de Niterói	593	191	260	241	132	633	86%

Fonte: PORTAL, acesso em 08/11/2017.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 5 CNJ/2016:

Processo	Julgado pendente de cumprimento	Data de trânsito em julgado	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0204562-33.1999.4.02.5102	Honorários advocatícios	11/1/16	sim	Intimação de decisão.	26/10/17
0204416-89.1999.4.02.5102	Revisão de saldo devedor em SFH	15/9/09	sim	Devolução de remessa.	10/10/17
0203505-14.1998.4.02.5102	Revisão de prestações em SFH	24/10/11	sim	Intimação de despacho	23/10/17
0043413-96.1997.4.02.5102	Execução por título extrajudicial	---	sim	Intimação de despacho	19/7/17
0030942-81.2016.4.02.5102	Execução por título extrajudicial	---	sim	Aguarda devolução mandado	24/10/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderada a sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugere-se estabelecer estratégia de gestão para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução.

5.2.2. Meta nº 6 CNJ/2016 (Foco: Ações Coletivas)

O órgão julgou 100 % dos processos-alvo da Meta 6 CNJ/2016:

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	628	537	36	573	55	91%
SJRJ	877	598	79	677	200	77%
SJES	115	70	18	88	27	77%
1º Grau	992	668	97	765	227	77%
Total - 2ª Região	1.620	1.205	133	1.338	282	83%
01ª Vara Federal de Niterói	15	13	2	15	0	100%

Fonte: PORTAL, acesso em 08/11/2017.



JUSTIÇA
FEDERAL

TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na **01 VF-NI – 6 a 10/11/2017**

TRF2
Fls 114

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 820 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/11/2016 a 31/10/2017), com média de 69 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	284
B1	Homologatória de acordo	34
B2	Repetitiva (padronizada)	362
C	Sem resolução do mérito	140
D1	Penal condenatória	00
D2	Penal absolutória	00
D3	Rejeição de queixa	00
D4	Rejeição de denúncia	00
E1	Extintiva de punibilidade	00
E2	Suspensão condicional da pena	00

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 09/11/2017.

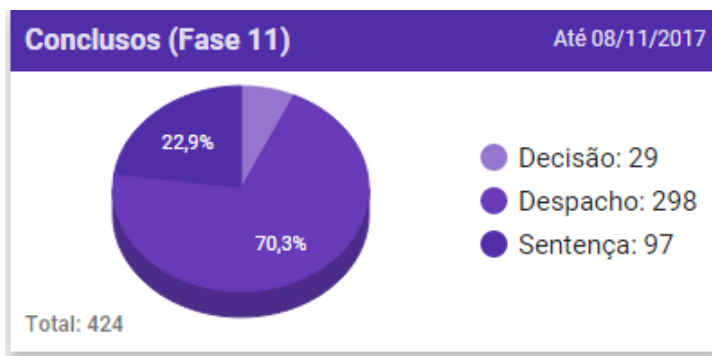
A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0050958- 93.2015.4.02.5101	0059147- 26.2016.4.02.5101	0000229- 31.2013.4.02.5102	0142259- 50.2017.4.02.5102
0053577- 90.2015.4.02.5102	0001692- 13.2010.4.02.5102	0000287- 68.2012.4.02.5102	0134449- 58.2016.4.02.5102
0058729- 85.2016.4.02.5102	0171811- 94.2016.4.02.5102	0000778- 75.2012.4.02.5102	0136305- 28.2014.4.02.5102
0047093- 10.2016.4.02.5107	0068764- 07.2016.4.02.5102	0151192- 80.2015.4.02.5102	0137678- 26.2016.4.02.5102
0025721- 20.2016.4.02.5102	0078206- 41.2016.4.02.5152	0011460- 50.2016.4.02.5102	0138820- 65.2016.4.02.5102

Fonte: PORTAL, acesso em 1/8/2017

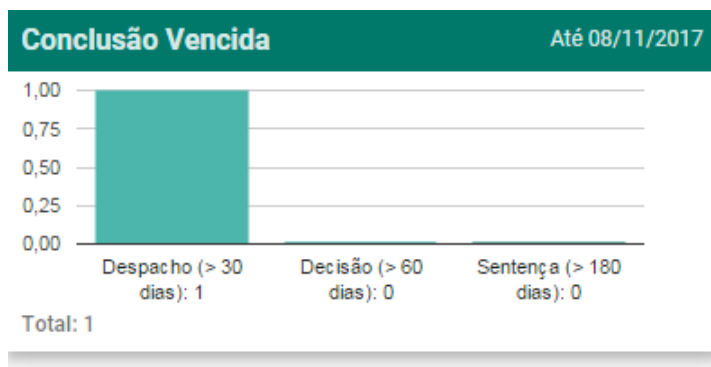


6.2. Acervo concluso



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 08/11/2017

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 08/11/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 6/11/2017) indica não haver processos conclusos para sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR).

Inspecionado o feito a seguir listado no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para despacho além do prazo do art. 227, I, CNCR:

Conclusos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias conclusos
0113718-81.1992.4.02.5102	Ordin. Tribut.	Empréstimo compulsório sobre combustíveis	137	04/10/17	33

6.4. Audiências



JUSTIÇA
FEDERAL

TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Correição Ordinária na **01 VF-NI – 6 a 10/11/2017**

Nos últimos 12 meses (01/11/2016 até 31/10/2017) foram designadas 128 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.

TRF2
Fls 117



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

7.1. Acervo da unidade

Mês : Outubro ▼

Tipo de Processo ▼

Medidas ▼

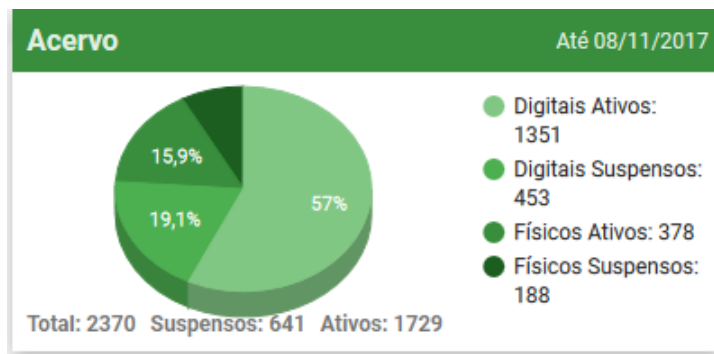
Vara ▼

Ano ▼

Situacao Processo ▼

					Eletrônico	Físico	Total
Processos	01ª Vara Federal de Niterói	2012	Trâmite		792	1041	1833
			Suspenso		15	371	386
			Recurso TRF-2		131	786	917
		2013	Trâmite		924	964	1888
			Suspenso		35	345	380
			Recurso TRF-2		282	569	851
		2014	Trâmite		1004	632	1636
			Suspenso		437	394	831
			Recurso TRF-2		456	437	893
		2015	Trâmite		1473	628	2101
			Suspenso		194	297	491
			Recurso TRF-2		569	357	926
		2016	Trâmite		1536	555	2091
			Suspenso		258	209	467
			Recurso TRF-2		745	324	1069
		2017	Trâmite		1352	370	1722
			Suspenso		456	197	653
			Recurso TRF-2		826	254	1080

Fonte: PORTAL, acesso em 8/11/2017



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso 8/11/2017

Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

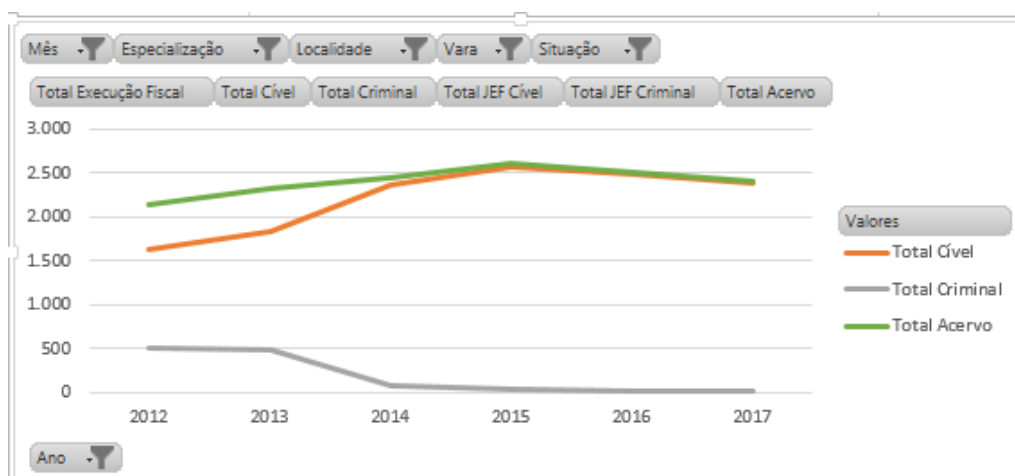


Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

	Correição Ago/2013*	Correição Out/2015*	Correição Nov/2017
Total	3.151	3.499	3.455
Suspensos	378	477	653
Remetidos às Instâncias Superiores para julgar recurso	836	899	1.080
Tramitação ajustada	1.937	2.123	1.722

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas em 7/11/2017

7.1.1. Acervo por matéria



Fonte: APOLO, em 14/11/2017

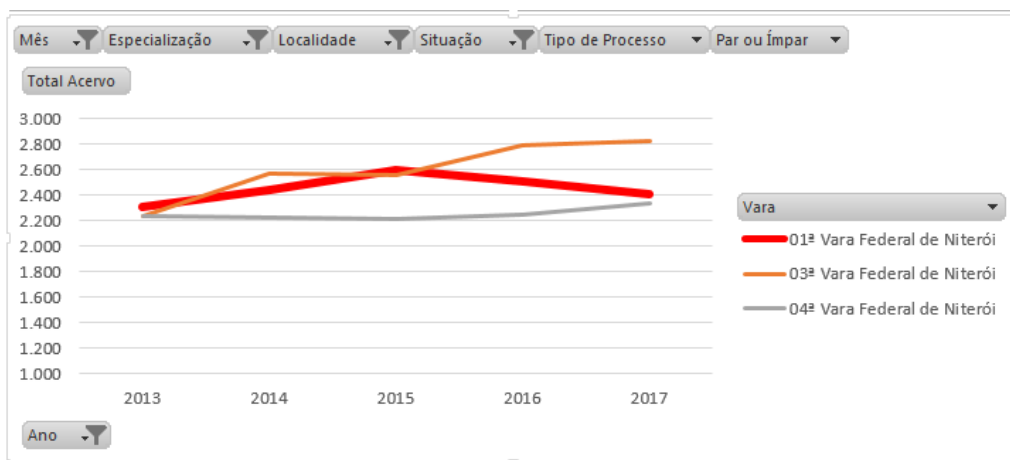
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência

7.2.1. Acervo total



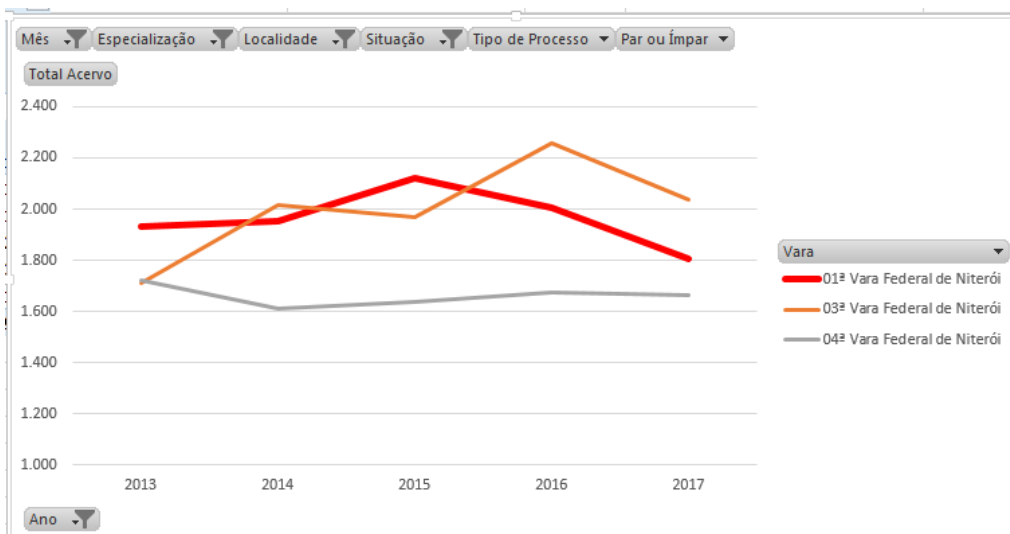
JUSTIÇA
FEDERAL TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na 01 VF-NI – 6 a 10/11/2017



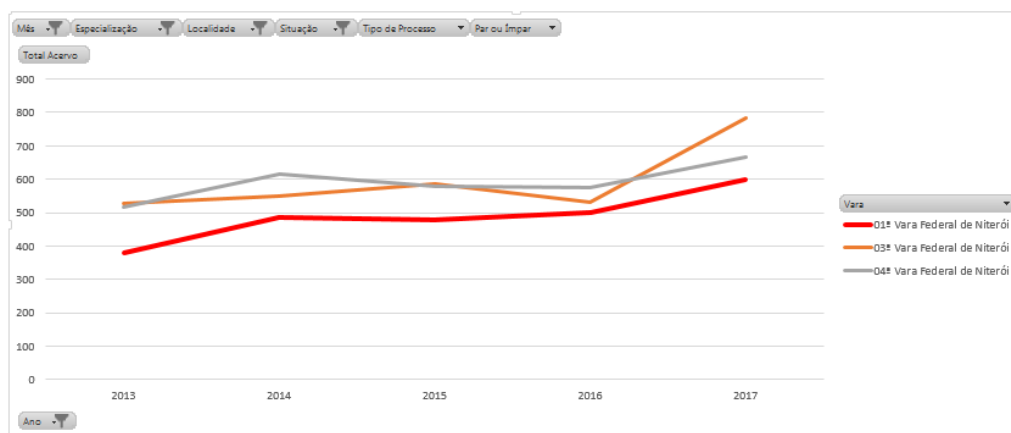
Fonte: APOLO, em 14/11/2017

7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 14/10/2017

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 14/11/2017

O Acervo Ativo do Juízo diminuiu de 2.123, em 2015, para 1.722 em 2017.

8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Os processos de saúde possuem prioridade máxima e são feitos imediatamente (a supervisora e uma servidora recebem a inicial). Nos casos de pedido de liminar e antecipação de tutela, podem ser encaminhados no mesmo dia, ou no dia seguinte.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

Há uma dupla análise. O Diretor, as supervisoras e uma servidora a fazem análise inicial e remetem os processos para um local virtual (Gab-triagem), onde o Oficial de Gabinete faz a triagem dos feitos que estão prontos para sentença, abrindo conclusão. Há pouca conversão em diligência.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

Faz-se o movimento 18. Não há movimento ou anotação na capa, apenas a certidão de trânsito em julgado. Quando não há execução, não há movimento de trânsito em julgado no APOLO, não sendo feito o movimento 73.



JUSTIÇA
FEDERAL

TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na **01 VF-NI – 6 a 10/11/2017**

TRF2
Fls 122



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

MPS Apolo - Secretaria - 2.38.0.0 - [Balcão de Entrada - 01VF-NI]

Cadastro Processo Expediente Petição Guia de Remessa Consultas Relatórios Processo Eletrônico Paradigmas Janela Ferramentas Ajuda

Sistema da JFRJ

Situação Encaminhar Pegar Inserir Consultar Visualizar Histórico Atualizar Movimentar Exportar autos para PDF

Escolher por Motivo Usuário Situação Data Entrada Identificador

Localização Rápida Tipo do Documento Processo Número

Documentos

Documento	Data Entrada	Classe/Endereço	Motivo
0001444-76.2012.4.02.5102	07/11/2017 14:10	4010	Remessa Interna para Cálculos refeitos
0000839-67.2011.4.02.5102	08/11/2017 01:01	4002	AG. JULGAMENTO AGRAVO - Suspensão reativada (AGUARDA DECISÃO DE II
0205639-47.2017.4.02.5102	08/11/2017 12:20	13000	Distribuição-Sorteio Automático
0174662-19.2017.4.02.5102	08/11/2017 12:22	1004	Remessa Interna
0161893-06.2015.4.02.5101 - Local:101	08/11/2017 12:23		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet - Petição Ger
0002081-95.2010.4.02.5102 - Local:101	08/11/2017 12:31		Novo Documento Cadastrado
0131994-23.2015.4.02.5102 - Local:101	08/11/2017 12:38		DEVOLVIDO COM RESULTADO
0103441-52.2015.4.02.5117 - Local:101	08/11/2017 12:39		DEVOLVIDO COM RESULTADO
0195144-41.2017.4.02.5102 - Local:101	08/11/2017 12:39		DEVOLVIDO COM RESULTADO
0161763-42.2017.4.02.5102 - Local:101	08/11/2017 12:41		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet - Réu
0131375-59.2017.4.02.5102 - Local:101	08/11/2017 12:41		DEVOLVIDO COM RESULTADO
0153029-39.2016.4.02.5102 - Local:101	08/11/2017 12:48		DEVOLVIDO COM RESULTADO
0103272-42.2017.4.02.5102 - Local:101	08/11/2017 13:02		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet - Réu
0001975-02.2011.4.02.5102	08/11/2017 13:25	1004	#int-CONF-141#Remessa, Carga Para CEF - Caixa Econômica Federal por m
0002667-93.2014.4.02.5102	08/11/2017 13:25	12007	#int-CONF-141#Remessa, Carga Para CEF - Caixa Econômica Federal por m
0002717-27.2011.4.02.5102	08/11/2017 13:25	5013	#int-CONF-141#Remessa, Carga Para CEF - Caixa Econômica Federal por m
0002863-05.2010.4.02.5102	08/11/2017 13:25	5013	#int-CONF-141#Remessa, Carga Para CEF - Caixa Econômica Federal por m
0019164-80.2017.4.02.5102	08/11/2017 13:25	1004	#int-CONF-141#Remessa, Carga Para CEF - Caixa Econômica Federal por m
0019542-36.2017.4.02.5102	08/11/2017 13:25	1004	#int-CONF-141#Remessa, Carga Para CEF - Caixa Econômica Federal por m

Configurar colunas visíveis

Total de Documentos: 48

Analisado no dia 08/10/2017, às 15:41 horas, havia 26 processos , 15 petições e 7 expedientes (mandados e ofícios devolvidos pela Seção de Mandados) aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

Data de entrada	Número	Classe/Natureza	Observação
07/11/17	0001444-76.2012.4.02.5102	Execução de Sentença contra a Fazenda Pública / Processo	Devolução de remessa interna à Contadoria para retificação dos cálculos. Ingressou no balcão de entrada há apenas 1 dia da análise.
08/10/17	0000839-67.2011.4.02.5102	Execução por Título Extrajudicial / Processo	Suspensão por aguardar julgamento de agravo de instrumento reativada. Ingressou no balcão de entrada no mesmo dia da análise.
08/10/17	2017.3003.016505-3	Petição	Petição da OAB requerendo o sobrestamento do feito pelo prazo de 60 dias, para que aguarde a resposta do ofício encaminhado ao INSS, com intuito confirmar o endereço do Executado. Ingressou no balcão de entrada no mesmo dia da análise.



08/11/17	2017.3003.016564-9	Petição	Petição do INSS para informar o cumprimento da obrigação de fazer. Ingressou no balcão de entrada no mesmo dia da análise.
08/11/17	MAN.0101.000829-3/2017	Mandado de Pagamento em Ação Monitória / Expediente	Mandado com certidão negativa, pois o endereço não foi encontrado. Ingressou no balcão de entrada no mesmo dia da análise.

TRF2
Fls 124

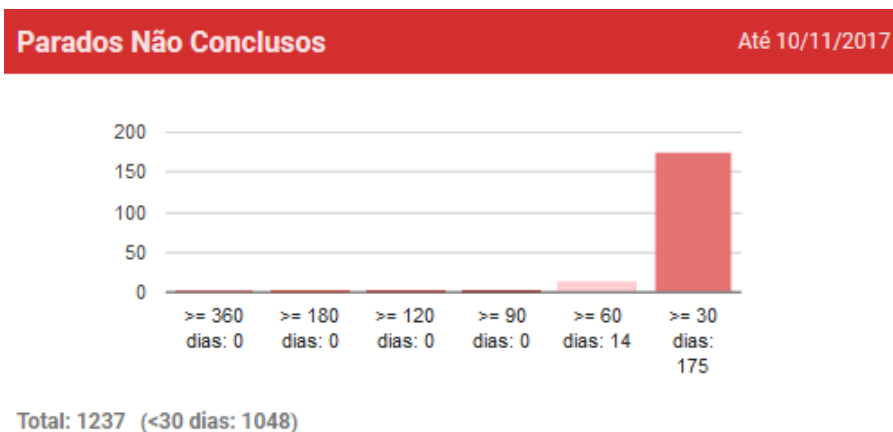
9.2. Processos em segredo de justiça

Posição em	31/10/2017
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	1
Sistema	2
Documento	3
Total Geral	6

Fonte: PORTAL, acesso em 31/10/2017

Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
0004638-65.2004.4.02.5102	Execução por Título Extrajudicial	Sigilo de Peças	94	Processo físico. Possui etiqueta na capa de Segredo de Justiça. Última movimentação: Expedir Ofício em 23/10/17.
0001114-26.2005.4.02.5102	Ordinária/Outras	Sistema	43	Suspenso aguardando decisão de instância superior desde 26/06/17.
0001155-61.2010.4.02.5152	Ordinária/Previdenciária	Sistema	338	Última movimentação: Remessa para a Procuradoria Seccional Federal em 03/10/17.
0002717-27.2011.4.02.5102	Ação Monitória	Sigilo de Peças	65	Sigilo em razão da declaração de bens.
0002841-10.2011.4.02.5102	Execução por Título Extrajudicial	Sigilo de Peças	95	Sigilo da Declaração de Bens e Direitos das últimas 5(cinco) DIRPF.

Não se constatou irregularidade nos feitos inspecionados.

**9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)**TRF2
Fls 125

Fonte: PAINEL, acesso em 10/11/2017

Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 189, equivalentes a 10,8% do acervo com tramitação ativa.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses?*	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0037752-72.2016.4.02.5102	Execução por Título Judicial	não	Aguardando Devolução de mandado.	87	15/08/17
0053754-91.2014.4.02.5101	Execução por Título Extrajudicial	não	Aguardando Devolução de Mandado.	77	25/08/17
0132483-60.2016.4.02.5102	Cautelar de Protesto	sim	Aguardando devolução de carta precatória.	72	30/08/17
0002657-49.2014.4.02.5102	Ordinária/Imóveis	não	Devolução de remessa	71	31/08/17
0005852-79.2013.4.02.5101	Execução por Título Extrajudicial.	sim	Juntada de petição de renúncia do mandado do advogado do réu. Está aguardando devolução de carta precatória desde 30/08/17.	70	01/09/17
0024583-81.2017.4.02.5102	Execução por Título Extrajudicial.	não	Juntada de certidão positiva do mandado de	70	01/09/17



			citação.		
0500621- 69.2017.4.02.5102	Carta Precatória/Serviço Público	sim	Aguardando resposta de ofício	67	04/09/17
0054217- 36.1991.4.02.5102	Cumprimento de Sentença	sim	Remessa ao autor por motivo de manifestação. Na mesma data o processo foi suspenso por 60 dias, a fim de que se proceda à habilitação de eventuais sucessores da autora falecida.	66	05/09/17
0030081- 32.2015.4.02.5102	Ordinária/Outras	sim	Aguardando resposta de ofício.	66	05/09/17

Sugere-se identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecidos na CNCR (art. 228).

9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Total Geral de Boletins Gerados	Período	11/2016 a 10/2017
	Processos	6.503
	Boletins	166
	Média (Proc. / Bol.)	39,17
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,48

Fonte: PORTAL, acesso em 08/11/2017

9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da



instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)⁶.

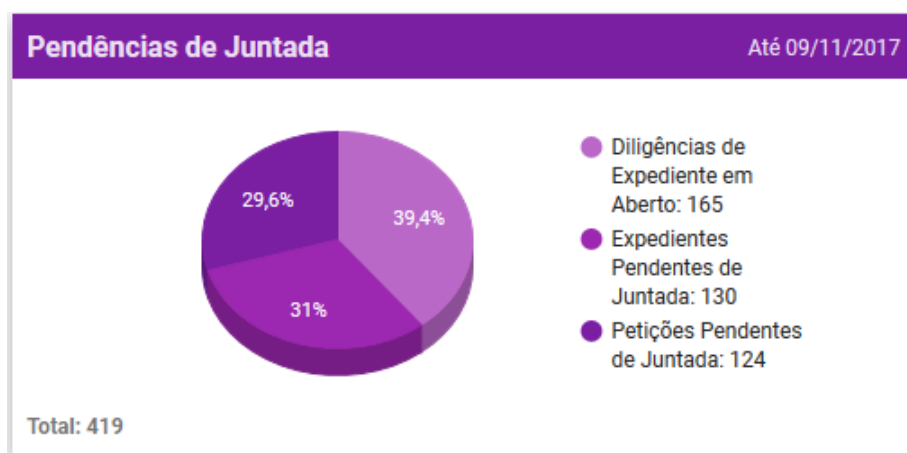
Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada possui 40 feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

Ano : 2017 ▼		Mês : Outubro ▼				
Vara ▼		Execução de Sentença - Fase 18 ▼		Requisição Valor ▼		
Medidas ▼				01ª Vara Federal de Niterói		
Situacao Processo ▼				Informada	Não Informada	Total
				Sim	Sim	
Processos	Trâmite			105	18	123
	Suspensão			65	21	86
	Recurso TRF-2			4	1	5
	Total			174	40	214

Fonte: PORTAL, acesso em 08/11/2017

Sugere-se estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema APOLO (movimento 18).

9.6. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 09/11/2017

⁶ O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



Inspecionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

TRF2
Fls 128

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguarda a juntar	Local do processo
27/07/99	1999.0101.024846-1	0112602-40.1992.4.02.5102	Uma guia que registrada como petição. Não foi localizada.	6.680	Arquivo Geral - Rio de Janeiro
27/10/09	2009.0101.003232-6	0000973-41.2004.4.02.5102	Pasta de guias depósito.	2.935	TRF - 2ª Região
09/04/10	2010.0101.001172-4	0019162-24.1991.4.02.5102	Requerimento de nomeação de advogado. Não localizada.	2.771	01ª Vara Federal de Niterói
27/04/10	2010.0101.000982-7	0034076-30.1990.4.02.5102	Carta nº 125. Não localizada.	2.753	01ª Vara Federal de Niterói
29/04/10	2010.0101.001009-4	0034076-30.1990.4.02.5102	Carta nº 128. Não localizada.	2.751	01ª Vara Federal de Niterói

O Diretor afirmou que era um hábito da Secretaria, quando do depósito do valor do Requisitório, ao invés de dar ciência à parte, avisava por carta aos beneficiários e depois as descartavam. Acredita, portanto, que as cartas nºs 125 e 128 sejam desse tipo.

9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial

Ano : 2017		Mês : Agosto		Vara : 01ª Vara Federal de Niterói		Situacao Processo : Trâmite		Conclusos : não concluso	
Data Último Movimento									
Medidas				2017		Total			
Último Movimento				Julho					
		Processos		Intimação		Despacho		1 1	
Complemento Fase				Total				1 1	

Analizados os processos cujo último despacho, decisão ou sentença foi proferida há mais de 30 dias contados do encerramento do mês anterior à Correição, há 1 processo sem o movimentação pela Secretaria.

Processo inspecionado



Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0000857-54.2012.4.02.5102	Embargos à Execução	não	Movimentação cartorária tipo Aguardando retorno de processo dependente (0003284-05.2004.4.02.5102), que foi remetido, em 01/08/17, ao autor para se manifestar pelo prazo de 15 dias.	44	27/09/17

9.8. Remessa externa

Constam 8 processos físicos e 0 eletrônicos com prazos de remessa externa vencidos:

Ano : 2017		Mês : Outubro		Vara : 01ª Vara Federal de Niterói		Localização Atual : Externo						
Medidas		Data Último Movimento										
Tipo de Processo				Processos								
Situação Processo				2004								
Último Movimento				2011								
Complemento Fase				2012								
				2013								
				2016								
				2017								
				Maio								
				Julho								
				Agosto								
				Setembro								
				Total								
Físico	Trâmite	Remessa, Carga	Autor				6	1	2			
			CEF - Caixa Econômica Federal				1		1			
			Leiloeiro				1		1			
			Ministério Público	1	8	1	4					
			Perito				1		1			
	Suspensão	Remessa, Carga	Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional - PSFN				2					
			Procuradoria Seccional da União - PSU				1		1			
			Procuradoria Seccional Federal				1		1			
			Autor				1	1	1			
			Procuradoria Seccional da União - PSU				1	1				
Total				1	8	1	4	1	15	1	1	5

Inspecionados os processos com remessa externa mais antiga, excluídos Inquéritos Policiais e Peças de Informação, que tramitam diretamente entre o MPF e a Polícia Federal (art. 236, CNCR):

Processos inspecionados

Processo	Classe	Carga ao(à)	Data da remessa	Observação
0054116-57.1995.4.02.5102	Ordinária/Tributária	Autor	08/08/17	Remetido por motivo de manifestação no prazo de 15 dias. 71 dias vencidos.
0003284-05.2004.4.02.5102	Cumprimento de Sentença	Autor	01/08/17	Remetido por motivo de manifestação no prazo de 15 dias. 78 dias vencidos.
0007671-97.2003.4.02.5102	Ação Sumária/Outras	CAIXA	22/08/17	Remetido por motivo de manifestação no prazo de 15 dias. 57 dias vencidos
0004022-51.2008.4.02.5102	Ordinária/Previdenciária	Procuradoria Seccional Federal	28/09/17	Remetido por motivo de manifestação no prazo de 30 dias. 22 dias vencidos
0500746-	Ação de	Procuradoria Seccional da	26/09/17	Remetido por motivo de manifestação no prazo de



08.2015.4.02.5102	Usucapião	União - PSU	7	30 dias. Ainda está no prazo.
-------------------	-----------	-------------	---	-------------------------------

Sugere-se cobrar a devolução e realizar o movimento de recebimento no APOLO nos processos com remessa física aos órgãos externos além dos prazos legais.

10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

A Vara Federal possui no acervo:

A Vara Federal possui no acervo:

Classe	Em trâmite	Suspensos	Total
Ação Civil Pública	10	07	17
Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa	06	02	08
Outras ações/Improbidade Administrativa	00	00	00
Ações Populares	03	01	04
Mandados de Segurança Coletivos	01	01	02
Habeas Corpus	00	00	00
Processos criminais com réus presos	00	00	00

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12	Último Movim.	Data último
----------	--------	----------------	--------------------	---------------	-------------



			meses? *		Movim.
02042332119994025102	ACP	Dano ambiental	sim	Devolução remessa - MPF	26/7/17
00063315020054025102	ACP	Dano ambiental	sim	Devolução remessa MPF	24/4/17
00064187420034025102	ACP	Impugnação ao aumento pedágio ponte Rio-Niterói	sim	Intimação de despacho	6/11/17
00008385820064025102	Ação Popular	Ilegalidade em contratação de serviços pela CEF	sim	Juntada	5/9/17
00016628520044025102	ACP Previdenc.	Salário maternidade a empregados que estão no período de graça	sim	Juntada	6/11/17
00047567020064025102	ACP improbid. admin.	Irregularidades cometidas por fiscais do trabalho	sim	Suspensão	31/10/17
00028434820094025102	ACP improbid. admin.	Recebimento de vantagem indevida em virtude do exercício da função de defensora dativa federal	sim	Juntada de mandado de intimação com certidão positiva	20/10/17
00814656320174025102	MS Coletivo	Suspensão exigibilid contribuição p/ SEBRAE	sim	Remessa TRF p/ julgar recurso	17/10/17
01198637920174025102	ACP improb. administr.	Dano ao erário	sim	Conclusão para despacho	6/11/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

**11. PROCESSOS SUSPENSOS**

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos. Os processos suspensos que tem prazo final são remetidos automaticamente ao balcão de entrada, os demais possuem o mesmo controle dos físicos. A Secretaria faz a anotação do paradigma no APOLO, conforme os exemplos a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
SUSPENSOS	289
SUSPENSOS-RESOLUÇÃO 16	9
SUSPENSOS FGTS RESP 1.614.874-SC	74

Os processos físicos suspensos são classificados da seguinte forma: a) suspensos aguardando o cumprimento de precatório/RPV; b) suspensos por paradigmas (o controle é feito de ano em ano, ou quando chega o e-mail dos processos que estão com decisão); c) suspensos em geral ((coloca-se o prazo final da suspensão, o acompanhamento é feito analisando-se os processos parados). Os processos físicos são guardados em dois armários de ferro, um para os suspensos em geral e o outro armário com os outros dois tipos de suspensão.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0001103-94.2005.4.02.5102	REsp 120.594-6	Reativação de suspensão em 06/11/17 e encaminhamento dos autos à Assessoria de Recursos da Vice-Presidência em 08/11/17, em razão do julgamento do paradigma (fl. 441).
0023205-61.2015.4.02.5102	Resp 1.614.874	O curso da ação foi suspenso em 27/11/2017 para aguardar a decisão final da Primeira Seção do STJ devido a controvérsia repetitiva.
0030341-12.2015.4.02.5102	Resp 1.614.874	Suspenso em 19/12/2016 aguardando decisão de recurso repetitivo.
0001974-51.2010.4.02.5102	Não foi indicado o nº do RE no despacho.	Processo suspenso em 14/10/2016 aguardando julgamento do recurso representativo da controvérsia. Não foi indicado o número do recurso extraordinário.
0004106.21.2009.4.02.5101	RE 591.797, RE 631.363, RE 632.212 e RE	Processo sobrestado em 17/04/2017 até o julgamento dos Recursos Extraordinários.



	626.307.	
--	----------	--

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0018050-03.2003.4.02.5101	Cumprimento de Precatório/RPV	10/11/16	Despacho de suspensão de 05/07/16 (fl. 982), para aguardar a comunicação da verba requisitada.
0081736-15.1993.4.02.5102	Aguardando decisão de instância superior	21/02/17	Suspenda-se por mais 1 ano até que venha notícia do REsp 1320704 (fl. 278).
0001864-57.2007.4.02.5102	Aguardando decisão de instância superior	02/05/17	Decisão de suspensão (fl. 311) por 1 ano até o julgamento definitivo de recurso interposto no STJ.
0003551-35.2008.4.02.5102	Aguardando decisão de instância superior	06/07/17	Aguardar o julgamento do Agravo no Resp 1663334 (fl. 360 – decisão que determinou a suspensão).
0032621-32.2010.4.02.5101	Parcelamento	28/02/14	Suspensão da execução de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 792 do CPC de 1973.

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

12. RPVs E PRECATÓRIOS

A unidade correccionada enviou 63 precatórios e 483 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/11/2016 a 31/10/2017). Constam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 14 precatórios e 84 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
0001659-23.2010.4.02.5102	Precatório	29/05/17	17/07/17	Decisão em 16/11/2017 conhecendo dos embargos de declaração dando provimento e homologando os cálculos apresentados pela embargante. Ordem para cancelar precatório anterior e expedir outro.
0002428-31.2010.4.02.5102	Precatório	24/04/17	03/07/17	Juntada em 26/10/2017 apelação do autor. Último movimento em 17/11/2017, intimação para a União apresentar contrarrazões à apelação do autor.
0000778-	RPV	20/02/17	07/04/17	Ofício requisitório de pagamento



JUSTIÇA
FEDERAL

TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Correição Ordinária na 01 VF-NI – 6 a 10/11/2017

75.2012.4.02.5102				expedido em 02/06/2017. Embargos de Declaração conhecidos e desacolhidos em 11/11/2017. Último movimento em 21/11/2017, remessa, carga para o autor por motivo de recurso.
0000452-47.2014.4.02.5102	RPV	02/06/17	12/07/17	Último movimento em 17/07/2017, suspensão por cumprimento de precatório.
0051132-02.2015.4.02.5102	RPV	21/08/17	01/09/17	Processo suspenso em 04/09/2017, por cumprimento de precatório, aguardando cumprimento.

TRF2
Fls 134

**13. BENS PENHORADOS**

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 14/11/2017, apresenta cadastramento de 17 bens penhorados pelo Juízo. Analisados a amostra de feitos a seguir, se constatou, s.m.j., falha no registro das penhoras pela Secretaria, ou seja, alguns registros de dados incompletos tais como: falta do registro do tipo de bem, ausência do valor do bem e nome do executado igual ao do exequente.

Processo	Data da penhora	Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora	Observação
0003463-36.2004.4.02.5102	02/08/13	não	Processo suspenso aguardando decisão do TRF2 desde 10/08/2017.
0028690-48.1992.4.02.5102	22/04/99	sim	Em 23/11/2017, despacho para manifestação da exequente em 10 dias. Último movimento em 04/12/2017 devolução da remessa feita para manifestação da PSF.
0142815-23.2015.4.02.5102	18/08/17	sim	Suspensão do feito em 18/10/2017, por motivo de parcelamento da dívida. Último movimento em 16/11/2017, devolução de remessa feita para a PSF.
0103994-47.2015.4.02.5102	23/08/17	não	Último movimento em 18/10/2017, feito aguardando término do prazo de suspensão.
0002544-95.2014.4.02.5102	16/09/15	sim	Intimação de despacho em 10/10/2017, para ciência da parte executada sobre a data do leilão judicial. Último movimento em 27/10/2017, aguardando devolução de mandado.

Sugere-se proceder o cadastramento de bens penhorados no APOLO como disposto nos artigos 356 a 358, da CNCR

**14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Em 14/11/2017, com base no relatório de material apreendido/acautelado do Apolo (módulo de consultas e relatórios) não havia bens de valor econômico expressivo. Havia CD's, mídias gravadas e cópias de documentos, guardados no cofre da secretaria, aberto durante a correição, na presença dos servidores da corregedoria, Victor Manoel Martinez e Marcos Augusto Rodrigues Guilam e do diretor de secretaria Pedro Américo Pinheiro Filho.

Processos analisados

Processo	Data do acautelamento	Correspondência do registro APOLO com o acautelado	Observação
0107044-47.2016.4.02.5102	03/08/17	sim	O processo encontra-se concluso para despacho. Conclusão em 05/12/2017.
0116525-68.2015.4.02.5102	05/10/17	sim	O processo está concluso para sentença desde 21/11/2017.
0500713-18.2015.4.02.5102	17/07/17	sim	Os autos foram remetidos para o autor em 06/11/2017 por motivo de manifestação.
0164203-45.2016.4.02.5102	14/07/17	sim	Juntada petição da DPU em 04/12/2017 requerendo a realização de perícia de engenharia.
0118677-21.2017.4.02.5102	05/10/17	sim	Processo concluso para sentença em 27/11/2017.

15. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 11 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:



- 1) Ponto;
- 2) Carga de autos a Advogados, partes e auxiliares do Juízo;
- 3) Carga ao Ministério Público;
- 4) Reclamações e inspeções;
- 5) Entrega de autos ao Setor de Distribuição;
- 6) Entrega de autos à Contadoria;
- 7) Carga de autos à DPU;
- 8) Carga de autos à CEF;
- 9) Carga de autos à Procuradoria Seccional da União (PSU);
- 10) Carga de autos à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional
- 11) Carga de Autos à Procuradoria Seccional Federal (PSF).

Todos os livros estão regulares, ausentes rasuras e todas as folhas estão rubricadas e numeradas.

TRF2
Fls 137



16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 1ª Vara Federal de Niterói/SJRJ está instalada no terceiro andar do prédio denominado Niterói I, (Forum Octávio Kelly), localizado na Rua Coronel Gomes Machado, nº 73. As instalações do prédio são precárias e existe apenas um elevador, que é obsoleto e, segundo informações dos servidores, apresenta frequentes defeitos.



Na Secretaria da Vara existe o balcão de informação bem acessível, com mural para orientação do público e cadeiras de espera. A área interna da Vara é ampla e tem boa iluminação.



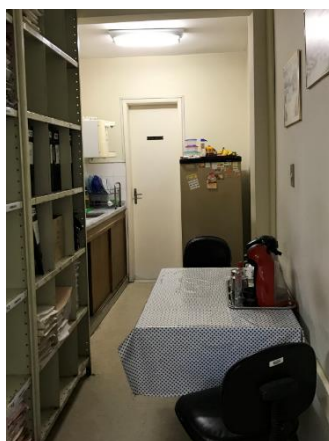
A sala da Secretaria da Vara, embora ampla, tem o lay-out pouco funcional, devido ao grande número de mesas e armários de aço, com processos físicos que ainda estão em tramitação. A disposição do mobiliário acaba ficando prejudicada, dando a sensação de um ambiente limitado e mal dividido. Os aparelhos de ar condicionado tipo “Janela” estão velhos, demandando várias reclamações quanto ao ruído, que acaba por atrapalhar o trabalho no local. A pintura nas paredes está razoável, mas foram constatadas diversos pontos de infiltrações, gerando mofo em alguns locais.



Mesas e cadeiras dos setores, embora não sejam novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal.

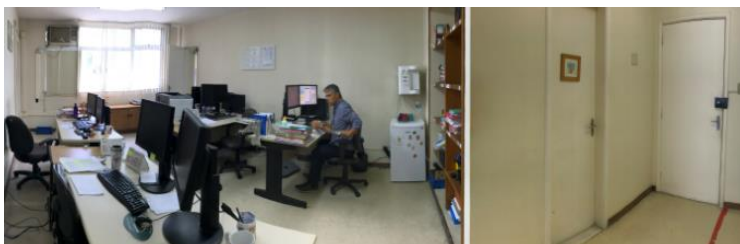


Existe banheiro para os servidores dentro da secretaria e uma pequena copa com geladeira, filtro de água e mesa para café e lanches rápidos. Esses locais são limpos e organizados.





Sala de apoio é ampla e funcional.



Os Gabinetes do Juiz Federal titular e do Juiz Substituto são amplos, com mesa, poltronas, estante, frigobar. A sala de audiências também é funcional.



Na parte de informática, são 22 computadores, todos com 2 monitores em LCD. Há apenas 03 no-breaks em toda a vara e a velocidade de conexão de dados, verificada em um dos computadores da secretaria, em sites especializados, resultou em 42,28 Mbps para “download” e 58,70 Mbps para “upload”. São 04 impressoras grandes 03 Lexmark e 01 Samsung multifuncional com Scanner.

Os servidores e estagiários têm em suas mesas equipamentos de proteção contra doenças ocupacionais e apoio para os pés.



17. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA

17.1. CÍVEL

17.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças

Não há processos que versam sobre sequestro internacional de crianças registrado no sistema APOLO.

17.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização

Não há processos que versam sobre entrega de certificado de naturalização registrados no APOLO.

**18. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR**

As recomendações feitas na correição anterior, a seguir listadas, foram parcialmente cumpridas no prazo concedido ao Juízo por esta Corregedoria (30 dias), conforme Ofício JFRJ-OFI-2016/00407:

1. *“Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;”* Recomendação cumprida referente às Metas do CNJ/2015. Todos os processos referentes à Meta 2/2015 do CNJ foram sentenciados em 2016.

2. *“Regularizar as ações criminais e inquéritos policiais remanescentes;”* Regularizado em parte, s.m.j ainda não foi restaurado ou baixado o inquérito policial nº 197-46.2001.4.02.5102.

3. *“Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos processos conclusos com prazo vencido;”* A recomendação foi cumprida integralmente.

4. *“Dar o devido andamento aos processos que ainda se encontram com petições a serem juntadas;”* As petições foram devidamente juntadas.

5. *“Regularizar os processos que tramitam com segredo de justiça e que não há despacho determinando a referida ordem;”* Em todos processos havia despacho decretando o segredo de justiça. Houve falha da Corregedoria na análise da amostra.

6. *“Observar a correta classificação das sentenças de tipo “A”, proferidas no período analisado, mas que, salvo melhor juízo, não se pode identificar como fundamentação individualizada, atentando para as classificações futuras;”* Recomendação integralmente cumprida. Este fato não se repetiu na correição atual de 2017.

7. *“Reativar os processos que se encontram suspensos por vacância do cargo de juiz substituto, tendo em vista a já ocupação pelo Juiz Federal Substituto Rodrigo Vasconcellos Pinto desde 14/05/2015;”* A recomendação foi integralmente cumprida.

8. *“Atentar para os motivos de suspensão cadastrados equivocadamente no Sistema Apolo. Recadastrar o motivo da suspensão no sistema processual Apolo dos processos que estão aguardando o julgamento definitivo do RESP 1.381.683-PE (FGTS), ora cadastrados com o motivo “Repercussão Geral - art. 543-B, do CPC” para “Recurso Repetitivo - art. 543-C, do CPC”. Os motivos de suspensão foram devidamente corrigidos e classificados adequadamente.*



19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

TRF2
Fls 143

Conforme informação prestada pelo diretor de secretaria, os processos de saúde possuem escaninho próprio “Tutela de Saúde” e tem um identificador bem chamativo e todas as conclusões são feitas no mesmo dia, sendo acompanhadas pelo Diretor.

Exemplo do Identificador utilizado pela secretaria da vara:

Data Entrada	Identificador	Classe/Endereço	Motivo	Usuário
26/10/2017 14:25	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
26/10/2017 14:26	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
26/10/2017 14:26	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
26/10/2017 14:26	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
26/10/2017 14:27	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
26/10/2017 14:28	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
26/10/2017 15:58	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
31/10/2017 13:33	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
06/11/2017 13:07	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
06/11/2017 17:54	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
06/11/2017 17:58	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
07/11/2017 11:05	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
08/11/2017 12:00	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN
08/11/2017 12:58	04/12/2017	1005	04/12/2017	JR.PEN



20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) priorizar o julgamento dos processos objeto da Meta nº 2 CNJ/2016;
- 2) incluir a meta CNJ de conciliação entre os objetivos mensais a serem alcançados;
- 3) estabelecer estratégia de gestão para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução;
- 4) movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecidos na CNCR (art. 228);
- 5) estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema APOLO (movimento 18);
- 6) cobrar a devolução e realizar o movimento de recebimento no APOLO nos processos com remessa física aos órgãos externos além dos prazos legais;
- 7) proceder o cadastramento de bens penhorados no APOLO como disposto nos artigos 356 a 358, da CNCR.

21. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional Victor Manoel Martinez, Marcos Augusto Rodrigues Guilam e Carlos Alberto de Araujo Rocha, revisado por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário, subscrito por mim, nesta data.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2018.

FABIO ALDROVANDO

Assessor Judiciário

Chefe do Setor de Correições e Inspeções



JUSTIÇA
FEDERAL

TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Correição Ordinária na **01 VF-NI – 6 a 10/11/2017**

TRF2

Fls 145